

O RUMO ESTRATÉGICO DO BLOCO

CONFERÊNCIA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA, 30 DE ABRIL DE 2022

1. A GUERRA NA EUROPA

A invasão da Ucrânia pela Rússia é um ato de guerra criminoso, que tem como consequência a destruição de um país e a criação de uma crise humanitária que ultrapassa as fronteiras dos Estados em confronto. Esta guerra enfraquece as economias europeias, para não falar dos efeitos devastadores que causa nos países mais pobres. A declaração de Putin, negando o direito do povo da Ucrânia à autodeterminação, é repugnante e não tem qualquer justificação legítima ou atenuante. Putin repete na Ucrânia, em grande escala, a receita tchetche-na que levou ao desastre humanitário de Grozni.

A memória, ainda que já longínqua, das grandes guerras, exige um compromisso com a paz que, no imediato, proteja quem foge da guerra, apoie quem resiste à invasão e quem a contesta a partir da Rússia, imponha sanções contra a oligarquia política e económica russa. É urgente a realização de uma Conferência de paz, sob a égide das Nações Unidas, para cuja mediação a União Europeia deve estar disponível, com vista a assegurar a autodeterminação da Ucrânia e segurança duradoura para os povos da região.

A NATO, declarada em "morte cerebral" depois da derrota no Afeganistão, renasce com o anúncio de uma nova Guerra Fria, submetendo pelo caminho, sem matizes, a União Europeia. O cadastro de agressões militares que a NATO possui, em que releva o bombardeamento da Jugoslávia na viragem do século, obriga à sua substituição por um mecanismo de Defesa articulado entre os países europeus, com respeito pela sua soberania.

A estratégia de expansão da NATO provou-se fator de insegurança na Europa. Mesmo os defensores dessa expansão rejeitam hoje uma sua intervenção direta na Ucrânia, que provocaria uma escalada insuportável em direção a um conflito entre potências nucleares.

Uma guerra prolongada terá sempre um corolário muito complexo: se um triunfo russo na Ucrânia significaria a remilitarização da Europa, uma desejável derrota e crise do regime de Putin colocará a urgência de um plano de reconstrução e de contenção dos riscos inerentes a uma desagregação económica e social da Rússia, potência nuclear de dimensões continentais.

Face à pressão recessiva desta guerra e dos constrangimentos que, a partir da energia e da produção alimentar, instala na economia mundial, as habituais pressões da NATO para um aumento da despesa armamentista dão lugar à opção perversa por um relançamento económico a partir de investimentos massivos nas indústrias de guerra, como já se vê em Inglaterra e na Alemanha. Para os países do euro, a estratégia armamentista contará sempre com a benevolência na aplicação dos Tratados.

A atual crise energética pode estar ainda só no seu início. Ela sublinha de novo a caducidade do capitalismo fóssil, dependente de abastecimentos de longa distância e vulnerável às estratégias especulativas dos produtores. A transição energética é um imperativo de sobrevivência face às alterações climáticas, mas também um problema de soberania e segurança. Seja face à necessidade de concentrar recursos nesse esforço, seja para salvaguardar critérios de segurança e soberania energética, impõe-se a recuperação do controlo público do setor energético português, hoje detido pelo Estado chinês.

2. DA GERINGONÇA À OPOSIÇÃO

Os acordos estabelecidos, em 2015, entre o Bloco de Esquerda e o PCP com o PS permitiram recuperar condições de vida e de mobilização popular. O PS terminou essa fase quando impediu alterações estruturais nas leis laborais ou no investimento público que abrissem novos horizontes de recuperação salarial e qualificação do Estado social.

O governo do PS manteve durante toda a legislatura 2019–2022 uma estratégia de provocação e ensaio de crise política, visando impor restrição de despesa essencial e congelamento da legislação laboral.

A pandemia expôs e nalguns casos agravou os problemas estruturais e Portugal foi dos países europeus que menos investiu na resposta à crise. A população e profissionais da saúde responderam à crise pandémica com grande responsabilidade e sentido de missão (adesão popular à vacinação, milhões de horas extra não pagas no SNS). Mas o desgaste está lá, fruto da falta de investimento, e a escassez na resposta a doenças não-covid cria um imenso mercado na saúde privada.

O Presidente da República decidiu fazer a legislatura depender da aprovação do Orçamento para 2022, criando uma oportunidade extraordinária para a crise política que o PS desejava. Ao Bloco de Esquerda faltava mandato para sustentar um governo – através da aprovação dos seus Orçamentos do Estado – que representa a permanência da troika na lei do trabalho e o avanço, na prática, da privatização dos serviços de saúde.

A "governabilidade" impôs-se como tema único e as opções sobre os problemas estruturais do país foram ignoradas. O Bloco viu parte do seu eleitorado de 2015 e 2019 engrossar a maioria absoluta do PS, parte por adesão ao discurso do PS, outra parte sob a chantagem do voto útil contra uma maioria de direita e extrema-direita, dada pelas sondagens como eminente.

O Bloco assumiu os riscos eleitorais do chumbo do Orçamento e da bipolarização. Aceitar a chantagem do PS teria sido abdicar da presença de uma alternativa socialista em Portugal. A alternativa existe e, como afirmado na XII Convenção, o Bloco não desiste de um espaço político amplo à esquerda que se mobiliza pelo Pão e pelo Clima. Essa disputa faz-se hoje na oposição ao governo de maioria absoluta do PS.

3. VIVENDO NA EUROPA LIBERAL

Dez anos depois da política destrutiva da "troika" na resposta à crise financeira, a União Europeia prometeu uma resposta diferente na crise pandémica. Suspendeu o Tratado Orçamental e abriu a possibilidade de mutualização de parte da nova dívida dos programas de resposta à crise, mas não abdicou da imposição liberal de contração da despesa e do investimento públicos. Sem reestruturação da dívida dos países periféricos do euro, o estrangulamento orçamental permanecerá e as assimetrias entre Estados aumentarão.

Décadas de consenso liberal na União Europeia resultaram em crise social prolongada, crescimento das desigualdades e menos liberdade. O autoritarismo das elites europeias não hesitou em subjugar Estados e democracias, na prossecução da agenda liberal. É ela que alimenta o crescimento da extrema-direita, que sustenta as derivas antidemocráticas na Hungria ou na Polónia e que recorre a regimes autoritários como o da Turquia para a sua resposta desumana à crise dos refugiados no Mediterrâneo.

O Bloco de Esquerda defende uma cooperação democrática entre Estados europeus, no avesso do autoritarismo federalista. A experiência mostrou que, onde os Estados abdicaram da sua soberania democrática, as promessas europeias de democratização ficaram por cumprir. Só uma Europa das solidariedades, construída sobre relações económicas equilibradas entre países e que recupere o melhor das tradições democráticas dos seus Estados sociais, responderá pela segurança e pela liberdade na Europa.

4. ONDE QUEREMOS ESTAR EM 2026?

A maioria absoluta do PS é uma garantia para os grandes interesses económicos, que a celebraram. A estrutura da legislação laboral ficará intocada, agravando-se a precariedade e a substituição de trabalhadores com contrato coletivo de trabalho por novas gerações contratadas a baixo salário e sem horizonte de carreira. Prosseguirá também a entrega de funções do Estado social aos privados.

O PS apresenta os fundos do PRR como solução para o país, mas estes não garantem uma política de esquerda. O investimento, mesmo em setores estratégicos e serviços públicos, é canalizado para formas de contratualização e concessão a privados (sejam empresas ou o chamado "setor social"), mantendo-se os condicionalismos liberais de compressão

do Estado e ausência de mecanismos de proteção do emprego e valorização dos salários.

No pós-pandemia, as lutas sociais disputam os caminhos da prometida recuperação do país, seja nas lutas laborais, seja nas lutas ambientais e climáticas. O Bloco empenha-se em diálogos amplos para a mobilização social. Quebrar o ciclo de ressentimento e medo, que alimenta simultaneamente o crescimento do CH e o poder absoluto do PS, exige uma esquerda combativa e mobilizadora.

A expressão em movimento de maiorias sociais progressistas exige diálogo e capacidade unitária das forças à esquerda. A direita continua minoritária no parlamento e no país, mas com reforço da extrema-direita e dos ultra-liberais. A radicalização do conjunto da direita, herdeira da troika, hostil ao Estado social e, no caso do Chega, abertamente racista, é um processo com correspondência internacional. Mas nenhuma fatalidade democrática atribui à direita radicalizada um lugar no governo ou um destino de poder. O resultado combinado de CH e IL fica abaixo do alcançado em 2011 pelo CDS, que fica agora fora do parlamento.

Derrotar a direita radicalizada exige clareza na luta das ideias e a disputa da juventude para um horizonte emancipador, solidário e progressista. A potência das mobilizações feministas no 8 de março deve inspirar esse caminho (recorde-se que o Bloco terá sido a terceira força política entre as eleitoras e manteve uma elevada expressão eleitoral entre os mais jovens). A luta é contra o egoísmo político ultraliberal, destrutivo da democracia e do planeta, e pela afirmação do orgulho antifascista.

5. ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

O resultado eleitoral impõe uma redução significativa do financiamento da organização. Uma estrutura menor exigirá mais agilidade, economia de esforços e maior responsabilização militante. O Bloco deve reforçar-se com novos mecanismos de autofinanciamento e campanhas para novos aderentes. As alterações na organização devem garantir uma atividade partidária e social de alta intensidade e preparar o próximo ciclo eleitoral: eleições regionais em 2023 (Madeira) e 2024 (Açores), eleições europeias em 2024 e eleições autárquicas em 2025.

O Bloco de Esquerda afirma a alternativa à esquerda na oposição à maioria absoluta do PS e em torno de confrontos que são choques frontais com a direita radicalizada:

1. Promoveremos uma campanha unitária em defesa do SNS contra a privatização da saúde. Essa campanha partirá da iniciativa de comissões distritais de profissionais de saúde e utentes do SNS, que farão a denúncia permanente dos efeitos da política de desinvestimento e substituição por privados. Em paralelo, o Bloco lança uma revista online destinada aos profissionais de saúde e promove encontros setoriais do partido nesta área.

2. Lançaremos, no final do primeiro semestre, a iniciativa de um Roteiro Climático que, todos os fins de semana, terá iniciativas de rua em diferentes pontos do país, procurando popularizar uma resposta ecossocialista à crise energética. Este roteiro decorrerá ao longo da segunda metade do ano 2022 e contribuirá para desenvolver expressões locais desta agenda política e de luta pelo controlo público da energia e por uma nova mobilidade, assente no transporte público.
3. O Bloco centrará a sua intervenção sobre os direitos do trabalho nas questões do combate ao outsourcing como mecanismo de precarização e na defesa das 35 horas de trabalho.
4. Com a evolução do cenário pandémico, o Bloco de Esquerda voltará a ter eventos presenciais de âmbito nacional que mobilizem os aderentes, como o Liberdade 2022 (acampamento de verão dos jovens) e o Socialismo 2022, fórum de ideias e debate que marcará a reentré do Bloco no final do mês de agosto.

As mobilizações crescentes em torno do 8 de março feminista, o alargamento a todo o país das marchas do orgulho LGBTI+, a permanência do ativismo anti-racista e o largo consenso em torno da necessidade da despenalização da morte medicamente assistida criam condições para avanços da agenda pelos direitos. O Bloco está comprometido com estes movimentos e esta exigência.

No campo laboral, o Bloco deve criar formas permanentes de articulação e presença em alguns setores junto dos quais têm tido maior capacidade de intervenção, estimulando o conflito social em torno dos direitos do trabalho, e dar centralidade ao acompanhamento desta área em todos os distritos.

A par desta agenda, serão realizados o encontro do interior e jornadas autárquicas e as organizações do Bloco promoverão ciclos de formação política, para os quais será disponibilizado um conjunto de apresentações temáticas (história do Bloco; o que é o ecossocialismo?; feminismos, luta contra o patriarcado e organização de cuidados; o liberalismo não funciona; como enfrentar a extrema-direita; o que é a União Europeia), além das iniciativas no âmbito da comemoração dos 50 anos da revolução dos cravos.

O Bloco terá presença nas mobilizações pela paz que decorreram por ocasião da cimeira da NATO em Madrid, a 29 e 30 de junho.